

JOSIANE CRISTINA PRESTES BORGES

A IDENTIDADE DA ESCOLA DO CAMPO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca do Curso de Especialização em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná. Como requisito parcial para obtenção do grau de especialista.

Profº Orientador: **Marcelo Silva da Silva**

MATINHOS

2011

A IDENTIDADE DA ESCOLA DO CAMPO

Josiane Cristina Prestes Borges¹

Prof. Dr. Marcelo Silva da Silva²

RESUMO

Procurou-se relatar neste trabalho a Identidade da Escola do Campo, sendo que inicialmente foi feita uma contextualização da realidade estudada, após foi salientado as características do campo e dos seus sujeitos. Na sequência foi destacada a Educação do Campo diante da realidade apresentada, procurando falar de forma geral sobre o assunto, levantando ideias norteadoras. Em seguida foi descrito o resultado da pesquisa realizada com os professores que fazem parte da realidade em questão, onde foi entregue aos mesmos um questionário, com quatro perguntas, onde tiveram que responder o que pensam a respeito do campo, da educação do campo e da identidade de uma escola do campo. Na continuidade foram feitas algumas considerações a respeito da pesquisa.

Palavras chave: Educação, Escola do Campo, Identidade, Sujeitos.

INTRODUÇÃO

Buscou-se com este trabalho identificar as peculiaridades que caracterizam uma escola do campo, bem como destacar a necessidade da implantação de um currículo e metodologias próprias, de modo que a escola do campo trabalhe de maneira coerente com a realidade que o cerca.

Na parte inicial, este trabalho apresentou um estudo bibliográfico de cunho qualitativo, onde foi apresentado o posicionamento de alguns autores acerca da necessidade de olhar para a realidade do campo e a partir disso construir uma escola com os princípios da educação do campo.

Optou-se por utilizar o método dedutivo, que com base nas autoras Lakatos e Marconi (1996), a dedução possibilita a racionalização em sentido interpretativo.

Para tanto, decidiu-se inicialmente realizar uma contextualização da realidade estudada, e na continuidade foi escrito sobre as características do campo e de seus sujeitos, prosseguindo, foi destacada a Educação do Campo

¹ Educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo – Projovem Saberes da Terra, Universidade Federal do Paraná - Litoral, e-mail: jojoborges22@yahoo.com.br

² Educador Orientador, UFPR Litoral, e-mail: marcelo.ufprlitoral@gmail.com

como um direito que há tempos vem sendo reivindicado, vindo de encontro com lutas e anseios deste povo. Destacou-se também a prioridade por um projeto educativo que venha de encontro com as expectativas do público campesino. Finalizando apresentou-se a pesquisa realizada com professores atuantes na rede estadual de ensino.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Por muitos anos a sociedade brasileira foi identificada como camponesa, e podemos dizer que nossas raízes históricas da formação de nossa sociedade vêm do campo. Mas hoje o cenário é outro e o Brasil forja uma identidade urbana, visando sempre à ideia de progresso e desenvolvimento, mesmo que boa parte das cidades estejam localizadas no campo.

Assim sendo, vamos voltar o nosso olhar para o município de Goioxim, considerado um município do interior do Paraná, sendo que o número de habitantes segundo o censo 2010 é de 7.503 habitantes, e destes, 1.756 moram no perímetro considerado como cidade ou urbano e os demais, 5.747 habitantes, moram no campo. Dessa forma o que movimenta basicamente a economia do município de Goioxim é a agricultura em suas várias áreas e a cultura camponesa permeia todas as relações.

O município de Goioxim possui apenas duas escolas que oferecem os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, sendo que uma localiza-se no distrito de Pinhalzinho distante a 35 Km da sede. E a outra se localiza na sede ou no que podemos chamar de cidade, e é nesta escola que vamos nos deter.

O Colégio Estadual Dr. João Ferreira Neves – Ensino Fundamental e Médio – atende aproximadamente novecentos alunos anualmente, e segundo o Projeto Político Pedagógico do mesmo, 90% de seus educandos são provenientes do campo e entre seus principais problemas estão a evasão e o índice elevado de alunos que acabam sendo reprovados nas diversas séries. Ainda segundo o Projeto Político Pedagógico do mesmo, percebemos que a organização pedagógica e estrutural da escola está organizada com base em uma educação voltada para o meio urbano,

apesar de na parte conceitual do mesmo estar referenciada a Educação do Campo.

Neste momento na Rede Estadual de Educação do Estado do Paraná, vem se propondo que as escolas pertencentes a municípios com características do campo, passem a ter a denominação de escola do campo.

Diante desta situação, percebeu-se a necessidade de se olhar mais para a identidade dos sujeitos, os educandos do campo, que compõem na sua maioria o corpo discente da escola. E a partir deste olhar, por em discussão as mudanças que serão necessárias serem feitas, indo da mudança do nome ou denominação do colégio até as próprias concepções que norteiam todo o trabalho pedagógico. Dessa forma, pretende-se a seguir, discutir o campo como um lugar de vida, e de forma breve tratar da identidade dos povos do campo.

2. O CAMPO E SEUS SUJEITOS

Para Arroyo (2004), o debate da relação campo-cidade perpassa todas as reflexões da Educação do Campo. Por muito tempo a visão que prevaleceu na sociedade, de maneira geral, é a que considera o campo como lugar atrasado, do inferior, do arcaico. Nas últimas décadas consolidou-se uma ideia de que as cidades são a única alternativa para o desenvolvimento, para o progresso, para o sucesso econômico, tanto para os indivíduos como para a sociedade. De certa maneira esta foi a visão suporte para o processo de modernização da agricultura implementada no país.

Aqui iremos lançar outro olhar sobre o papel do campo, e sobre os diferentes sujeitos do campo. Um olhar que projeta o campo como espaço de democratização da sociedade brasileira, e de inclusão social, e que projeta seus sujeitos como sujeitos de história e de direitos; como sujeitos coletivos de sua formação enquanto sujeitos sociais, culturais, éticos, e políticos. Caldart nos diz que:

É preciso compreender que por trás da indicação geográfica e da frieza de dados estatísticos está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõe a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais... (CALDART, 2009, p. 150).

Nas Diretrizes Curriculares da Educação do Campo do Estado do Paraná (2010), vemos que a concepção de campo tem o seu sentido cunhado pelos movimentos sociais no final do século XX, em referência à identidade e cultura dos povos do campo, valorizando-os como sujeitos que possuem laços culturais e valores relacionados à vida na terra. Trata-se do campo como lugar de trabalho, de cultura, da produção de conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência. Dessa forma podemos dizer que, segundo MUNARIM:

São considerados povos do campo, as populações que pertencem a grupos identitários, cuja produção da existência se dá fundamentalmente a partir da relação com a natureza, direta ou indiretamente, vivem estas populações nas sedes dos pequenos municípios, ou nas florestas, ou nas ribanceiras, ou nas comunidades pesqueiras ou nas propriedades da agricultura familiar, ou nos assentamentos da reforma agrária, ou nas áreas remanescentes de quilombos, ou em outros espaços geográficos de igual apelo cultural e de produção de vida. (MUNARIM, 2008, p. 2)

Compreender o campo como um espaço de vida social contribui para para que os povos do campo tenham a sua identidade firmada, na valorização do seu trabalho, da sua história, do seu jeito de ser, dos seus conhecimentos. Trata-se de uma valorização que deve se dar pelos próprios povos do campo, numa atitude de mudança da sua própria história. Em síntese, o campo retrata uma diversidade sociocultural, que se dá a partir dos povos que nele habitam. (PARANÁ, 2010)

Olhando para essa realidade e para estes sujeitos, se faz necessário pensar em uma educação que dê conta destas particularidades, ou seja, uma

educação que de um modo geral procure situar o homem num cenário social, tornando-o capaz de agir de forma ordenada, procurando também a sua liberdade e agindo em comum consigo mesmo e com seus pares. SAVIANI (1989, p. 51) diz que “o sentido da educação, a sua finalidade, é o próprio homem, quer dizer, a sua promoção”.

Partindo deste ponto de vista, defrontamo-nos com a ideia de que a educação deve estar vinculada a um projeto de desenvolvimento peculiar aos sujeitos que a concernem. A escola deve também proporcionar meios para que o saber elaborado seja difundido entre as camadas populares, LIBÂNEO (1990, p. 75) “colocando a seu dispor conteúdos culturais mais representativos do que de melhor se acumulou, do saber universal”.

Isto nos leva a concordar com Arroyo, (1999), quando diz:

Um projeto de educação básica do campo tem de incorporar uma visão mais rica do conhecimento e da cultura, uma visão mais digna do campo, o que será possível se situarmos a educação, o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a cultura como direito e as crianças e jovens, os homens e mulheres do campo como sujeitos desses direitos. (ARROYO, 1999, p. 32)

Sendo assim, percebemos a necessidade de uma escola com características específicas que atenda as necessidades da população campesina. Para tanto, na continuidade destacar-se-á a Educação do Campo.

3. A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A preocupação em se efetivar uma educação diferenciada para o campo é algo recente. Vale salientar que na trajetória da então chamada educação rural no início do século XX, “o homem do campo foi concebido como exemplo do atraso, e a política educacional se organizava em conformidade com os interesses capitalistas predominantes em cada conjuntura” (SOUZA, 2006, p. 193). Dentro deste tipo de pensamento não se entendia o meio rural como lugar de possibilidades e interesses.

Fernandes (2009) registra que:

A primeira referência à educação rural no ordenamento jurídico brasileiro só apareceu em 1923, nos anais do 1º Congresso de Agricultura do Nordeste Brasileiro. Nascia ali o modelo de educação rural do patronato que privilegiava o estado de dominação das elites sobre os trabalhadores. A educação rural, como forma de domesticar os trabalhadores que tinham acesso à educação, desde então esteve a serviço dessa forma de controle sociopolítico (FERNANDES, 2009, p. 139).

Percebe-se então que somente quando a massa que vem sendo explorada passa a tomar consciência e agir é que consegue modificar a história, e foi o que aconteceu com os povos do campo que através da luta e da organização começaram a buscar os seus direitos, sendo um deles a educação. Conforme Fernandes (2009), “a visão de campo só pode ser construída a partir da luta pela terra e da luta e resistência para ficar na terra. Foram eles que com suas formas de lutas e de resistência, conquista e esperança construíram essa realidade.” (FERNANDES, 2009, p. 138)

As Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (2010) expõe um histórico da educação do campo que contempla quatro períodos:

- primeiro: período de negação dos camponeses como sujeitos sociais e cidadãos brasileiros, que se estendeu da colonização até a década de 1930;
- segundo: período de preocupação com a “educação rural” por parte do Estado, em função da migração campo-cidade e do “atraso” sociocultural em que se encontrava a população rural (...);
- terceiro: início da década de 1960, com a influência, dentre vários pensadores, do educador Paulo Freire na organização dos “círculos de cultura” e alfabetização de adultos, propiciando os primeiros debates sobre uma concepção de educação pautada no diálogo, na valorização do sujeito social e de sua prática sociocultural. Com o golpe militar de 1964, entretanto, houve um recuo nos projetos educacionais que objetivavam uma educação emancipatória;
- quarto: a partir do final da década de 1980, com a abertura democrática e a organização dos movimentos sociais em diversas frentes, foi possível avançar o debate da educação do campo. Dentre os sujeitos coletivos que participam deste debate e que lhe dão impulso, o MST exerce forte influência política, ao lado de e somando-se com outros movimentos, organizações e instâncias governamentais (...). Na década de 90, pode-se dizer que emergiram os sinais de inserção da educação do campo na agenda política,

com a LDB nº 9394/96 e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em contraposição à concepção de rural vigente até então. O próprio poder público passou a adotar a terminologia Educação do Campo, num sinal de atenção às demandas sociais, que obviamente, não, podem ser analisadas de modo desvinculado de seus interesses políticos. (PARANÁ, 2010, p. 22)

A valorização da vida do campo sustenta a educação do campo objetivando construção de políticas públicas que garantam o direito de trabalhar e estudar no campo satisfatoriamente, o que significa construir um paradigma solidário e sustentável nas relações entre a educação, a agricultura familiar e os demais aspectos culturais e produtivos dos povos do campo (Brasil, 2008).

Caldart (2009) salienta a preocupação para que ocorra uma educação de fato, ocasião em que destaca movimentos que contestam esta prática, onde procuram dar um basta aos pacotes e à tentativa de fazer das pessoas que vivem no campo instrumentos de implementação de modelos que as ignoram ou escravizam. Basta também desta visão estreita de educação como preparação de mão-de-obra e a serviço do mercado.

Atualmente Universidades, Secretarias de Educação e entidades afins estão participando ou apoiando esta nova articulação por uma educação do campo, reconhecendo o povo do campo como sujeito das ações e não apenas sujeito às ações de educação, de desenvolvimento e assumem como sua tarefa educativa específica a de ajudar as pessoas e às organizações do campo para que se vejam e se construam como sujeitos, também de sua educação (CALDART, 2009).

Construir uma escola do Campo significa fazer uma escola para se viver no campo, inverter a lógica de que se estuda para sair do campo e se estuda de um jeito que permitiu um depoimento como este: “foi na escola onde pela primeira vez senti vergonha de ser da roça”. Construir uma escola do campo significa pensar e fazer a escola a partir do projeto educativo dos sujeitos do campo, tendo o cuidado de não projetar para ela o que sua materialidade própria não permite trazer para dentro da escola as matrizes pedagógicas ligadas às práticas sociais (CALDART, 2009).

Se for assim, a escola do Campo será mais do que escola porque terá uma identidade própria, mas vinculada a processos de formação mais amplos, que não começam nem terminam nelas mesmas e que também ajudam na tarefa grandiosa de fazer a terra ser mais do que terra.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (CNE/CEB, 2002), em seu Art. 2º, expressam a identidade da escola do campo, sendo que esta deve estar inserida no contexto do meio rural, nos saberes da comunidade e nos movimentos sociais. Ao falarmos sobre a identidade da escola do campo, podemos defini-la pela sua ligação às questões inerentes a sua realidade, apoiando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva e na defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (Brasil, 2002)

Os sujeitos do campo têm direito a uma educação pensada, desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais. Dessa forma as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo do Estado do Paraná (2010), se apresentam como um documento oficial que traz, em si, o chão da escola e traça estratégias que visam nortear as escolas para a construção de currículos dinâmicos e democráticos.

Afirmam as DCE's (2010) que, a escola do campo deve corresponder à necessidade da formação integral dos povos do campo. Para tal, precisa garantir o acesso a todos os níveis e modalidades de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante, Educação de jovens e adultos e Educação Especial), de acordo com o artigo 6º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, e não apenas se restringir, como usualmente, aos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Leite (1999) conclui que na formulação de propostas, dentro da política educacional, os conceitos de planejamento, currículo, metodologia e aprendizagem são fundamentais porque, mediante o entendimento técnico científico dos mesmos e sua inserção em uma fundamentação filosófico-pedagógica, permitem delinear os princípios que regem a dinâmica e o direcionamento da ação escolar.

Nesse sentido, de acordo com Onçay (2006), a escola passa a ser entendida como núcleo cultural fundamental onde se cruzam diferentes olhares, diferentes culturas, diferentes visões de mundo e, nessa diversidade, pode-se construir consensos, definir caminhos, apontar alternativas. Sendo assim, a educação enquanto atividade coletiva de construção de uma cultura diferente assume a condução do processo, afinal, como afirma Paulo Freire (1987), “a educação sozinha não transforma o mundo, mas sem ela o mundo não se transformará.”

Destacar-se-á na sequência a pesquisa de campo realizada com 20 (vinte) professores do então citado Colégio Estadual Dr. João Ferreira Neves do município de Goioxim.

3. PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi realizada com 20 professores do Colégio Estadual Dr. João Ferreira Neves, sendo que há professores que são moradores do município de Goioxim e outros que são moradores do município vizinho, Guarapuava, mas que trabalham no referido colégio.

Foi distribuído aos professores um questionário com 04 (quatro) questões referentes ao campo e a Educação do Campo, sendo:

- 1) O que é o campo para você?
- 2) O que você conhece a respeito da Educação do Campo?
- 3) Em sua opinião, quais são as características de uma Escola do Campo.
- 4) Você considera a escola em que trabalha como uma escola que possui uma identidade de escola do campo? Justifique sua resposta.

Com relação à primeira questão, metade dos professores responderam falando do campo como algo distante de sua realidade, descrevendo somente o campo como um lugar contrário a cidade, onde se desenvolvem atividades essencialmente agrícolas. Podemos perceber este ponto de vista através das respostas de dois professores: “o campo é um local onde as pessoas que nele vivem, sobrevivem da agricultura.” E também: “campo caracteriza-se como uma área geográfica distante da cidade, adaptando-se a hábitos estruturalmente específicos.” Ainda em relação a primeira questão dois

professores apresentaram sua opinião, dentro de uma concepção considerada romântica do campo, pois assim responderam: “ campo é um lugar onde as pessoas podem plantar e colher alimentos, vivendo livre do stress que ocorre nas grandes cidades. E: “ é um lugar maravilhoso, onde respiramos um ar limpo, as pessoas são mais solidárias, a vida é mais tranquila, com isso as pessoas são mais felizes, menos tensas, existem dificuldades no campo, mas são minimizadas quando pensamos na vida sossegada de estarmos próximos da natureza”. Dois professores apontaram o campo como lugar de vida:

“campo é um lugar de vida, um local onde as pessoas moram, convivem, e tiram seu sustento trabalhando com a terra.” E apenas uma professora considerou o campo como sua morada: “é o lugar onde vivemos, principalmente onde as pessoas respeitam a cultura e a identidade do campo”.

Com relação a segunda pergunta que os questionou sobre o que conhecem a respeito da Educação do Campo, alguns responderam que se trata de uma educação voltada para os alunos que advêm do campo, com conteúdos ligados a esta realidade, valorizando o campo e suas potencialidades, com conteúdos que permitem conhecer o todo a partir do campo, para isso, adequando os horários das aulas, bem como, respeitando períodos de colheita e outros aspectos próprios da realidade cotidiana do aluno do campo. Afirmaram também que é um tipo de educação que valoriza o camponês e a sua cultura, trazendo para os alunos conhecimentos científicos relacionados às formas de produção e cuidados do solo. Algumas disseram que seus conhecimentos nesta área são limitados, mas que sentem a necessidade de aprofundá-los, para que possam trabalhar melhor com os alunos as questões do campo, fazendo com que a população do campo lá permaneça, conhecendo e valorizando o lugar onde vivem, pois muitos ainda acham que as oportunidades estão nas cidades.

Outras ainda acham desnecessária sua implantação. Uma das professoras afirmou que não possui conhecimento sobre educação do campo.

Na terceira questão, onde se indagou acerca da opinião dos mesmos sobre quais seriam as características de uma escola do campo, pode-se dizer que houve basicamente duas posições, ou seja, metade dos professores se posicionou dizendo que a principal característica da escola do campo é que ela esteja no espaço do campo, que, segundo eles, disponha de espaço físico para

que possam fazer atividades ligadas a terra e aos animais e que esta seja próxima de suas casas, para que o que aprenderem na escola possa ser desenvolvido em suas propriedades. Segue a resposta de um dos professores: “é uma escola com alunos que moram na zona rural, devendo o professor se deslocar até a escola do campo e não o aluno. Esta escola precisa ter espaços próprios para a plantação, práticas que o aluno adquire na escola e leva para a casa e desenvolve com os pais, devendo ainda essa escola considerar o calendário escolar do campo, para que em períodos de plantio e colheita o aluno esteja de férias para ajudar a família.”

Por outro lado, os demais professores se posicionaram dizendo que a escola do campo, deve ser aquela que mesmo situada no período urbano, porém com grande parte de seus alunos advindos do campo, respeita e valoriza a realidade local, procurando trabalhar com os conteúdos de forma contextualizada, oferecendo aos alunos condições de melhorarem o lugar onde vivem e dessa forma evitando que os mesmos abandonem o campo. Assim, respondeu uma professora: “uma escola que respeite a realidade local tendo seus conteúdos partindo dali. E que, além de conteúdos transversais direcionados, existem necessidades particulares de cada aluno que podem ser atendidos de forma individualizada.” Outra assim se expressou: “ é uma escola pertencente a um município de cultura predominantemente do campo, que apesar de estar situada no período urbano, deve agregar valores e cultura a sua forma de ensinar e de se trabalhar com o aluno.”

E finalizando, a quarta pergunta se referiu a se os mesmos consideram a escola que trabalham uma escola com a identidade de escola do campo. Nesta questão três professores tiveram suas respostas negativas, ou seja, pensam que a sua escola não possui uma identidade de escola do campo, pois segundo um dos professores: “apesar de receber na sua maioria a clientela do campo, não pode ser considerada como escola do campo, uma vez que não se localiza no campo, não possui espaços adequados para as atividades relacionadas ao campo, além de que o corpo docente dessa escola, não está preparado para este tipo de educação.” Outra ainda assim se expressou: “ uma escola para ser do campo tem que estar localizada no campo e não somente atender a clientela do campo, tem que oferecer estrutura adequada ao campo e adaptar conhecimentos do campo nas disciplinas. Portanto se for olhar

somente para a clientela então todas as escolas do Núcleo regional de Educação de Guarapuava, seriam escolas do campo, pois atendem a clientela oriundas do campo.”

Em contrapartida, os demais professores, sendo dezessete, tiveram suas respostas positivas e pensam que sua escola tem sim uma identidade de escola do campo. Seguem algumas respostas dos professores: “sim, pois apesar de estar localizada no perímetro urbano, possui a maioria de seus alunos provenientes do campo e sua cultura e costumes caracterizam os espaços escolares, exigindo dos profissionais da educação um olhar para as questões do campo a fim de solucionar a problemática do dia-a-dia.” Outra assim respondeu: “sim, considero pois temos uma economia predominantemente agrícola, a maioria de nossos alunos vem de localidades rurais e têm hábitos voltados para o campo. E mesmo os alunos que moram na zona urbana têm esses hábitos característicos de quem mora no interior.”

Percebe-se que os professores pesquisados, apesar de não terem um conhecimento aprofundado sobre o campo e sobre a educação no e para o campo, sentem a necessidade de estarem realizando um trabalho voltado para os sujeitos do campo, pois percebem a realidade que os cerca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando falamos em Educação do Campo, podemos perceber que apesar de já fazer algum tempo que a mesma vem sendo tratada e buscada pelos povos do campo, através da luta e da resistência, como foi citado no texto, ainda há muito que ser conhecido, debatido e definido nas escolas, especificamente falando do Colégio Estadual Dr. João Ferreira Neves – Goioxim, pois percebemos através da pesquisa que apesar de ter acontecido debates e estudos a respeito da Educação do Campo na escola, os professores ainda tem visões contraditórias e às vezes distorcidas sobre a questão. No entanto observamos que a maioria dos professores pesquisados percebe que a escola tem uma identidade de Escola do Campo e por esta razão poderia ser denominada como Escola do Campo.

Entendemos que a Educação do Campo deve ser diferenciada, é uma particularidade dentro do universal, assim, a mesma deve ter o saber

construído de forma contextualizada, considerando os espaços e a realidade que cerca o educando, sua vida, seu trabalho, sua vivência social, suas manifestações culturais.

Fazer de uma escola, uma escola com os princípios da educação do campo, é trazer a escola para a realidade na qual está inserida: combinar trabalho com estudo, com organização coletiva, com cultura, com postura de transformar o mundo, reconhecer o campo não apenas como um lugar onde se produz alimento, mas também onde se produz conhecimento. É buscar desenvolver um projeto pedagógico onde se fortalece e se cultiva a identidade do campo, tendo jeitos diferentes de olhar o mundo, fazendo com que os sujeitos do campo se articulem, se organizem e se assumam enquanto sujeitos construtores da sua educação.

Sendo assim, apesar do referido colégio localizar-se na área considerada urbana, apresenta sim uma identidade que é totalmente do campo, seus sujeitos são do campo, sejam alunos, pais, professores – com exceção de uma minoria que vem do município de Guarapuava – e dessa forma se faz urgente e necessário passarmos a buscar a construção de uma escola que se auto-defina como escola do campo, não apenas no que se refere ao nome, mas em todas as suas dimensões, desde as concepções que norteiam todo o trabalho pedagógico, a prática do professor em sala de aula e afinal em todas as relações que permeiam o dia-a-dia da escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. 4ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

_____, M. G. **A educação básica e o movimento social do campo**. In: Caderno nº 2 “Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo” Brasília, DF: Editoração eletrônica, p. 13-52, 1999.

_____, M. G. **Imagens quebradas**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. **Diretrizes operacionais para a educação básica das escolas do campo**. CNE/MEC, Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de educação continuada, alfabetização. **Cadernos pedagógicos do projovem campo - saberes da terra** – Brasília: MEC/SECAD, 2008.

CALDART, R. S. **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção**. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. Por uma educação do campo. 4ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FERNANDES, B. M. **Diretrizes de uma caminhada**. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. Por uma educação do campo. 4ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: São Paulo: Loyola, 1990.

MUNARIM, Antônio. **Movimento nacional de educação do campo: uma trajetória em construção**. Revista Centro de Educação, v.33, nº 1, jan/abr 2008.

ONÇAY, Solange T. V. **O tema gerador na relação com a constituição de políticas públicas**. Ijuí: Unijuí, 2006.

PARANÁ. Secretaria de estado da educação. Superintendência da educação. **Diretrizes Curriculares da educação do campo**. Curitiba: 2010.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Colégio Estadual Dr. João Ferreira Neves – Ensino Fundamental e Médio. Goioxim. 2010.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum a consciência filosófica**. São Paulo: Cortez: 1989.

SOUZA, M. A. Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas desenvolvidas no MST. Petrópolis: Vozes, 2006.